

## **INSTRUÇÃO NORMATIVA SED Nº 004/2024**

***“Dispõe sobre o procedimento para inscrição no Regime Especial de Trabalho (RET), considerando a Lei Complementar Nº 12, de 23 de dezembro de 2015.”***

O Diretor Geral do Colegiado no uso de suas atribuições visando otimizar o andamento das Unidades Escolares, durante o ano letivo de 2025:

### **RESOLVE:**

Normatizar o procedimento referente à inscrição no Regime Especial de Trabalho (RET) para os professores efetivos da Rede Municipal de Ensino.

**Artigo 1º** – Substituir professor em afastamento temporário previsto na ***Lei Complementar Nº 12, de 23 de dezembro de 2015***, conforme ***Artigo 21***: *É facultado ao Professor da Rede Municipal de Ensino, aderir ao Regime Especial de Trabalho (RET), sempre que houver compatibilidade de horário para:*

*I – Substituir professor titular afastado temporariamente nos termos desta Lei e da Lei nº 1069/91;*

*II – Substituir professor titular dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em afastamento temporário previsto em Lei;*

*III – Complementar carga horária de regência de classe, necessária na escola, nos anos finais do Ensino Fundamental, quando esta não comportar a designação de um professor com carga horária plena.*

**Artigo 2º** – Para que haja compatibilidade de horário, **deverá haver no mínimo 01 (uma) hora de intervalo entre um turno e outro** (Artigo 71 – Decreto / Lei nº 5452).

**Artigo 3º** – Fica estabelecido que o pedido de inscrição deverá ser protocolado no **Sistema 1 DOC** (Protocolo), com o seguinte assunto:

***Assunto: Regime Especial de Trabalho***

***Para: SED – DIGP – RET – Regime Especial de Trabalho***

**OBS.: Mencionar no texto os seguintes dados:**

- Local de trabalho onde exerce suas atividades laborais, com a carga horária e o turno
- Professor(a) de \_\_\_\_\_
- Telefone para contato
- Disponibilidade de turno para RET: matutino, vespertino ou noturno
- Disponibilidade de carga horária RET: 10h ou 20h

PERÍODO DE INSCRIÇÃO
De 14 a 30 de novembro de 2024

**Artigo 4º** – Os pedidos solicitados fora da data serão considerados como intempestivos, e serão analisados conforme a necessidade.

**Artigo 5º** – Os encaminhamentos serão efetuados conforme surgirem as vagas nas Unidades de Ensino e a escolha das substituições obedecerão aos seguintes critérios

- Necessidade da Secretaria de Educação;
- Professor efetivo que contar com maior tempo de serviço de docência na Rede Municipal de Ensino;
- Professor efetivo com maior idade.

**Artigo 6º** – A convocação será feita pelo Departamento de Gestão de Pessoas através do site da Prefeitura Municipal, link Editais, para assumir as substituições que não poderão ser inferiores a 30 (trinta) dias, nem ultrapassar o período de 10 (dez) meses consecutivos.

**Artigo 7º** - **Conforme prevê a Lei 12/2015, Art. 26** *Caberá a Administração a rescisão unilateral do Termo de Adesão sempre que se modificar ou cessar os motivos que ensejaram a implantação do RET.*

**Artigo 8º** - O servidor que aderir ao RET não poderá se afastar ou usufruir de Licença Prêmio e outros, conforme prevê a **Lei 12/2015 no Art. 28** *O servidor em afastamento do exercício funcional terá cancelado o termo de opção ao RET.*

**Artigo 9º** – Os professores efetivos convocados em Regime Especial de Trabalho (RET) deverão comparecer à Sede da Secretaria Municipal de Educação na data e horário estabelecidos, para confirmar ou manifestar expressamente sua recusa por escrito.

**Artigo 10º** – Os casos omissos desta Normativa serão resolvidos pela Secretaria de Educação.

Balneário Camboriú, 14 de novembro de 2024.

**OTTO ALFONSO THIEL**  
Secretário da Educação  
Secretaria de Educação de Balneário Camboriú  
Portaria nº 31.272/2024